

**OBJETIVO: ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE****DATA: 21/01/2025****LOCAL: CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DE GOIÁS.**

001 Aos vinte e um dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e cinco, no auditório do Conselho Estadual e  
002 Saúde de Goiás, situado na Avenida República do Líbano nº 1875 – Edifício Vera Lúcia, 7º andar –  
003 Setor Oeste, nesta capital, dá-se o início às 08h53min, a **Primeira Reunião Extraordinária do ano de**  
004 **dois mil e vinte e cinco do CES/GO**, para apreciação e deliberação das seguintes pautas: 1 –  
005 **Verificação de quórum e justificativas de ausências; 2 – Informes dos Conselheiros; 3 – Informes**  
006 **da Mesa Diretora; 4 – ORDEM DO DIA: ITEM 1 – Posse das Entidades que não foram**  
007 **empossadas. Exposição: Mesa Diretora. ITEM 2 – Seminário de Saúde do Trabalhador e da**  
008 **Trabalhadora. Exposição: Mesa Diretora. ITEM 3 – Informes da 5ª Conferência Estadual de**  
009 **Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora – 5ª CESTT. Exposição: Mesa Diretora. ITEM 4 –**  
010 **Minuta de Parecer do Hospital de Formosa. Exposição: Apoio Técnico CES/GO. ITEM 5 –**  
011 **Apresentação da Política Estadual de Saúde Mental, sem deliberação. Exposição:**  
012 **GESM/SPAIS/SES. INTERVALO PARA O ALMOÇO. ITEM 6 – Recomposição das Comissões**  
013 **Intersetoriais: CIAMCMS – Comissão Intersetorial de Monitoramento dos Conselhos Municipais de**  
014 **Saúde; CIEPCSS – Comissão Intersetorial de Educação Permanente para o Controle Social no SUS;**  
015 **CIMEOF – Comissão Intersetorial de Monitoramento da Execução Orçamentária e Financeira; CIMEPS**  
016 **– Comissão Intersetorial de Monitoramento da Execução da Política de Saúde; e CIRHRT – Comissão**  
017 **Intersetorial de Recursos Humanos e Relação de Trabalho. Exposição: Mesa Diretora. ITEM 7 –**  
018 **Recomposição da CISTT – Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora.**  
019 **Exposição: Mesa Diretora. Presidente Walter** faz saudação de boas-vindas a todos. Solicita ao  
020 Primeiro Secretário a leitura da lista de presença. **Primeiro Secretário Neiton** cumprimenta a todos e  
021 faz leitura. **Verificação de quórum: Presidente Walter** informa que no segmento de Gestor/Prestador  
022 todos os titulares estão presentes; segmentos de Trabalhadores e Usuários todos os suplentes presentes  
023 assumem a titularidade, então solicita a Coordenação Administrativa que entregue os crachás aos  
024 referidos Conselheiros. Declara aberta a Primeira Reunião Extraordinária do ano de dois mil e vinte e  
025 cinco. Por questão de ordem passa a palavra ao Conselheiro Gerinaldo. **Conselheiro Gerinaldo** solicita  
026 que haja revisão da ATA da Reunião de Posse para que seja verificado se a sua entidade foi empossada  
027 como titular e conclama que haja o reconhecimento da titularidade. **Presidente Walter** enfatiza que a  
028 regra regimental do CES é bem clara, que a entidade GRUPAGO foi eleita suplente e pronuncia que a  
029 Mesa Diretora desconhece a questão de ordem. Pede ao Conselheiro se dirigir a Mesa por documentação  
030 escrita. **ITEM 1 – Posse das Entidades que não foram empossadas: Presidente Walter** pronuncia ao  
031 plenário no ato regimental, empossa as entidades na presença de seus representantes: Universidade  
032 Federal de Goiás – UFG; Sindicato dos Farmacêuticos no Estado de Goiás – SINFAR; Conselho  
033 Regional de Serviço Social 19ª Região – CRESS e Câmara Regional de Óptica, Optometria e  
034 Contatologia do Estado de Goiás – CROO-GO. **Informes dos Conselheiros: Informe 1: Conselheira**  
035 **Heloiza** que a pedido da Conselheira Luzinéia, informa ao plenário, que a mesma esteve presente e  
036 justifica sua ausência temporária, pela necessidade de participar de uma reunião com o Ministério  
037 Público do Trabalho – MPT/GO, cujos assuntos são relevantes e de interesses dos trabalhadores,  
038 principalmente no que se refere ao pagamento dos colaboradores da Maternidade Dona Íris. Ressalta que  
039 a Conselheira irá retornar para participar da plenária. **Presidente Walter** informa que tem outros  
040 Conselheiros também precisam participar desse ato, consulta se o plenário autoriza a manutenção do  
041 quórum estabelecido. **Deliberação:** com um voto contrário e um de abstenção, o plenário se manifesta a  
042 favor do afastamento temporário dos Conselheiros, sem que haja a quebra do quórum. **Conselheiro**  
043 **Raimundo** expõe que a SES está em fase de finalização do Plano Estadual referente ao ano de 2024 e  
044 que, após revisão desta proposta, algumas metas precisarão serem submetidas à apreciação do plenário  
045 na próxima reunião. Ressalta que, o ideal seria que primeiro fossem analisadas pelas Comissões,  
046 entretanto por questão de falta de tempo, haveria interferência na programação anual. Diante do exposto,

047 solicita que o encaminhamento seja diretamente para apreciação da plenária. Ressalta que a  
048 documentação será entregue com a devida antecedência. **Conselheira Cristiany** informa e convida  
049 todos a participarem no 29 de janeiro de 2025, da celebração do Dia Nacional da Visibilidade Trans, na  
050 unidade de Defensoria Pública do setor Marista, onde haverá um mutirão de retificação de registros e  
051 também uma campanha de doação de sangue pelas pessoas trans e travestis, com o intuito de  
052 desestigmatizar o estigma que tem a população LGBTQIA+. **Informes da Mesa Diretora: Vice-**  
053 **Presidente Sérgio** apresenta o convite da Secretaria-Geral de Governo para a 6ª Edição do evento  
054 ETOS.IA Provocações, no dia 28 de janeiro de 2025 às 8h30min, no Centro Cultural Oscar Niemeyer,  
055 com o tema central “Conexões Sustentáveis: Agro, Água e IA em debate”. Faz leitura dos Ofícios nº  
056 37/2025 e 40/2025 da Associação de Combate ao Câncer em Goiás – AGCG, que trata sobre a Ciência  
057 da Celebração do Instrumento de Convênio. Informa sobre a Portaria GM/MS nº 5.455, de 9 de outubro  
058 de 2024, que define e homologa os códigos referentes às Identificações Nacionais de Equipe - INE das  
059 equipes da Atenção Primária à Saúde - eAPS e ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde -  
060 CNES dos serviços da Atenção Primária à Saúde - APS credenciados e cadastrados no Sistema de  
061 Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - SCNES, para fins da transferência dos incentivos de  
062 custeio federal, acompanhamento, monitoramento e avaliação. Faz leitura das indicações das Comissões:  
063 Ofício nº 08/2025 NPQ indica o Dr. Lucas Fleury Orsine para compor a CIMEOF e CIMEPS; e Ofício  
064 nº 395/2025 CMP indica a Sr. Maria Dalva da Silva Pinheiro para compor a CIAMCMS. Informa sobre  
065 as substituições dos Conselheiros: CTB indica o Sr. João Batista Coelho Cunha; CRC indica a Sr.<sup>a</sup>  
066 Sucena Silvia Hummel e SINTFESP-GO/TO indica a Sr.<sup>a</sup> Heloiza Helena Mendonça Almeida  
067 Massanaro. **Presidente Walter** explica ao plenário, sobre o processo do Conselho Municipal de Saúde –  
068 CMS de Padre Bernardo que já foi apresentado em dezembro de 2023, que na época, o plenário seguiu a  
069 orientação do assessor técnico da CIAMCMS, tendo sido deliberado a instrução de não tomar decisão  
070 sobre os pedidos do Ministério Público – MP Estadual, do MP da Comarca de Padre Bernardo e da  
071 denúncia que havia chegado na ouvidoria do SUS. Acrescenta que a denúncia feita pelos referidos  
072 órgãos retorna de forma mais robusta e que o prazo estipulado para o termo é até 15 de fevereiro de  
073 2025. Trata-se de protesto sobre inconsistências, com um processo eleitoral viciado. Acrescenta que na  
074 época, a Mesa Diretora tinha proposto cumprir o Artigo 16º, diante dos fatos, houve o descumprimento  
075 por parte deste conselho e que a conduta será aguardar a recomposição das comissões para que sejam  
076 adotadas as devidas deliberações. Relata que houve a destituição do CMS de Americano do Brasil por  
077 meio de um decreto de lavra do Prefeito. Trata-se de denúncia encaminhada pela Regional de Saúde de  
078 Rio Vermelho, que foi orientada para que o próprio Conselho que foi destituído, faça as denúncias  
079 munidos de documentos nos canais externos e internos. Declara que houveram denúncias abastecidas de  
080 documentações a respeito do CMS de Itumbiara, sendo a primeira por meio da ouvidoria do SUS, a  
081 respeito da atuação inadequada, bem como o descumprimento das Legislações do próprio município e a  
082 Legislação do Controle Social. Posteriormente outra sobre a vinculação do Presidente, que é usuário,  
083 recebendo GETON de Conselheiros, o que caracteriza uma penalização. Acrescenta outra denúncia  
084 ainda mais grave, que o gabinete do Vice-Prefeito está alojado na sede do CMS de Itumbiara. Profere  
085 que, ficou deliberado que o Presidente, o Primeiro Secretário, a Assessoria Jurídica e a Coordenação de  
086 Apoio Técnico do CES/GO farão as averiguações dos referidos fatos. **ITEM 2 – Seminário de Saúde do**  
087 **Trabalhador e da Trabalhadora: Presidente Walter** expõe sobre a decisão da Mesa Diretora com relação  
088 ao seminário. Acrescenta que o mandato dos Conselheiros integrantes da gestão anterior teve o término  
089 em 31 de dezembro de 2024. Esclarece que mesmo que esta data já tenha se tornado obsoleta, a  
090 Resolução da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora continua em vigor,  
091 com o processo de Conferência em atividade, e de forma independente da posse da nova gestão, levando  
092 em consideração tratar-se de um modelo do planejamento do CES. A Comissão Organizadora da  
093 Conferência é integrante da CISTT, seguindo o mesmo protótipo do CNS. Explica que segundo a regra  
094 regimental, se por algum motivo o Conselheiro se afasta do Conselho, o mandato e os cargos que os  
095 membros ocupam em qualquer Comissão são encerrados. Houve uma reunião da Mesa Diretora, para



096 que fosse evitado a descontinuidade do trabalho e ficou deliberado avocar o que restou da Coordenação  
097 da CISTT: Coordenadora Adjunta Conselheira Lucia Darck, Relatora Lorrany Kettilyn e Relatora  
098 Adjunta Aldenora Gomes (Coordenadora do CEREST Goiás), para prosseguir com processo de  
099 construção do seminário, já devidamente planejado, construído a várias mãos, em fase de aliança com o  
100 CNS, com a DIESAT e a própria SES. Ressalta que o houve a progressão do processo de construção do  
101 seminário, com datas estabelecidas e agendadas. Comunica que o processo de inscrição está aberto o  
102 link, o qual está sendo disparado nos grupos do Conselho. Informa que o processo de recomposição da  
103 CISTT é diferente dos demais, são entidades indicadas, integrantes ou não do CES conforme a regra  
104 regimental aprovada. O CES tem autonomia para alterar, mas na atual conjuntura, o que está em vigor é  
105 a aprovação de 12 (doze) entidades titulares e 12 (doze) suplentes. Em momento oportuno, será  
106 discutido qual encaminhamento que poderá ser deliberado com relação à CISTT, pois o compromisso  
107 prioritário é a Conferência que precisa ser alavancada. Convida Secretária-Executiva para fazer os  
108 informes da etapa preparatória da 5ª CESTT. **Secretária-Executiva Inayá** informa que o projeto do  
109 seminário já foi feito juntamente com a Sr.ª Rosália e a Conselheira Rosa, que está pronto para ser  
110 encaminhado para Escola de Saúde após a assinatura do Presidente, com o objetivo de providenciar a  
111 logística do evento nos dias 11 e 12 de fevereiro. **Presidente Walter** agradece ao Superintendência  
112 Estadual do Ministério da Saúde em Goiás – SEMS/GO pelo assessoramento da Sr.ª Rosália que  
113 trabalhou na construção deste processo de elaboração do seminário deste o seu embrião quando ainda  
114 era Conselheira. Informa que solicitou de forma oficial ao SEMS que a ceda para dar continuidade ao  
115 assessoramento na elaboração deste seminário e agradece ao órgão através da pessoa do Conselheiro  
116 Lucas. Pronuncia que a Mesa Diretora deliberou que a Segunda Secretária Marta foi designada como  
117 representante para acompanhamento desse processo. **ITEM 3 – Informes da 5ª Conferência Estadual de**  
118 **Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora – 5ª CESTT: Presidente Walter** ressalta que o processo para  
119 realização das 02 (duas) Conferências Municipais neste ano, estão em constante construção, com  
120 interação conjunta internamente entre a Mesa Diretora e o corpo técnico, externamente por meio de  
121 diálogo com os demais municípios. Enfatiza que esta interlocução deve ser entre as três partes:  
122 Conselhos de Secretarias Municipais de Saúde – COSEMS, Gerências Regionais de Saúde – GERES,  
123 enquanto estrutura da SES e Controle Social para que haja o alinhamento adequado destes  
124 encaminhamentos das Conferências Municipais. **ITEM 4 – Minuta de Parecer do Hospital de Formosa:**  
125 **Vice-Presidente Sérgio** propõe que haja o encaminhamento prévio dos pareceres para as Comissões  
126 com objetivo de haver maior agilidade durante o pleno. Enfatiza que, desta forma, dispensaria a leitura e  
127 análise durante a sessão, além de poupar tempo. Informa que, hoje será feito a leitura, análise técnica,  
128 discussões com a equipe técnica, diferentemente das próximas sessões e questiona ao pleno se tem  
129 coerência esta forma de condução. **Convidada Viviane** sugere que caso algum Conselheiro não tenha  
130 tido oportunidade de tomar conhecimento prévio do parecer, que seja dada a opção ao mesmo de  
131 responder que não se encontra apto para votar. **Servidora Cleide** explica que o processo de trabalho  
132 da comissão técnica envolve a realização de um parecer prévio, cujo termo deveria ser modificado para  
133 nota técnica, já que os Conselheiros que são os responsáveis pela elaboração. Esclarece que devido à  
134 urgência da situação, será feita apresentação ao plenário, sem a análise antecipada das Comissões, cujo  
135 assunto é sobre a manifestação do CES referente ao Termo de Colaboração nº 88/2024 celebrado entre o  
136 Estado de Goiás, por intermédio da SES, e o Instituto de Medicina, Estudos e Desenvolvimento – IMED  
137 para gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde na Policlínica Estadual  
138 da Região do Entorno – Unidade Formosa, por período de 180 (cento e oitenta dias). Faz a leitura do  
139 documento. Expõe que acrescenta ao texto, ressalvas e considerações a respeito dos documentos  
140 analisados. Questiona à Mesa Diretora se há a necessidade ou não de fazer a leitura das ressalvas. **Vice-**  
141 **Presidente Sérgio** responde que está coerente e segue para a análise das ressalvas para possível  
142 aprovação. Faz a observação, como Conselheiro, a respeito da primeira justificativa de que há algumas  
143 situações de indícios de corrupção e denúncia, devem retomar. Opina que diante do exposto, não  
144 conseguiu vislumbrar elementos suficientes para tomar esta decisão, pois apenas a interpretação de onde

145 procede a notícia, é insatisfatório. Ressalta que seria necessário que tivesse elementos comparativos,  
146 como por exemplo: na proporção atual houve um índice, com número de corrupção indicado bem  
147 superior comparado a outro. Neste caso, haveria justificativa todo um processo de trabalho como órgão  
148 de controle. Pergunta se alguém quer comentar sobre isto. **Conselheiro Severino** inicialmente ressalta  
149 sobre a Resolução nº 02/2021, homologada pela Portaria nº 658/2021, cujo teor menciona a metodologia  
150 pretendida pelo CES, no qual as Comissões devem ser as responsáveis pelas análises das  
151 documentações, no caso em questão, pela CIMEPS e não pela equipe técnica, como na presente  
152 situação. Informa que o tempo cronometrado de leitura da documentação apresentada foi de quase 01  
153 (uma) hora, o que se torna extremamente cansativo, improdutivo, desnecessário e totalmente fora do  
154 padrão previsto no Regimento deste Conselho. Enfatiza que a Comissão tem a responsabilidade fazer o  
155 parecer e prepará-lo forma sucinta a para a devida apreciação do pleno. Questiona a respeito de quando a  
156 Lei nº 13.019/2024 serve de base para o CES, haja vista a própria Cleide ter apresentado e evidenciado  
157 sobre várias resoluções rejeitando esta metodologia do trabalho. Menciona que a Comissão que ainda  
158 está instalada tem competência para analisar a documentação. Recomenda que se deve ter muita cautela  
159 para subsidiar um montante de valor como no presente caso. **Vice-Presidente Sérgio** explica as  
160 Comissões informaram que pararam de trabalhar em setembro devido a estar no final do mandato.  
161 Ressalta que tem que dar celeridade à algumas questões, fazendo jus às metodologias e que o foco é a  
162 retomada das Comissões. **Conselheira Christiane** declara que a apresentação foi excelente, entretanto,  
163 que embora tenha havido a abordagem de temas pertinentes, faltou o recebimento do Termo de  
164 Colaboração na íntegra de forma antecipada e que pelo fato de ser Conselheira, percebeu que alguns  
165 pontos relevantes não foram abordados e questionados, como a questão da fiscalização, a motivação do  
166 Termo de Colaboração, quais foram os critérios adotados para a IMED ter sido qualificada no Estado  
167 como Organização Social – OS, qual o fundamento da discussão embrionária no CES no que tange a  
168 OSC, a partir da entrada do hospital CORA desta forma. Questiona o motivo de não ter sido escolhido o  
169 contrato de gestão no caso da IMED, já que a mesma já tinha contratos. Ressalta que o contrato de  
170 gestão é amplamente mais fiscalizável do que com a OSC, que precisamos ficar muito atentos, porque  
171 atualmente o nosso enfrentamos dentro do CES é uma questão fiscalizatória ambígua. Indaga sobre a  
172 dispensa de chamamento e que foi mencionado sobre a fidedignidade da instituição privada. Ressalta  
173 que quando não realiza fiscalização, cria-se uma abertura para que haja o calote. Reclama que a  
173 fiscalização não tem sido apresentada. Compartilha que esta OS (IMED) tem uma série de denúncias,  
174 por isto, o Conselho precisa antecipar este tipo problema mediante o conhecimento e análise de todas as  
175 documentações, formas de aprovações antes das assinaturas para evitar prejuízo para todos e  
176 especialmente para o usuário. **Conselheira Sucena** reitera a importância da Lei nº 14.133/2021, já  
177 abordada pela servidora Cleide, principalmente sobre a responsabilidade dos atos de improbabilidade  
178 administrativa, tanto do gestor do contrato quanto para o fiscal. Enfatiza a relevância da fiscalização,  
179 especialmente a respeito dos pagamentos, da necessidade de se constar no processo um relatório  
180 eficiente de ambos, gestor de contrato e fiscal para que se possa cobrar não somente do ordenador de  
181 despesa, mas de toda a cadeia conforme a lei. **Conselheira Glauciene** ressalta a importância de  
182 trabalhar em equipe para alcançar os mesmos propósitos, independente de qual seja o segmento da  
183 composição do Conselho. Sugere ao Vice-Presidente que é imprescindível que se tenha um diálogo  
184 laboral construtivo para que se possa devolver a gestão ao SUS. Expressa o valor do trabalho realizado  
185 pela parte técnica do Conselho, mas que há tópicos que não foram abordados na perspectiva de  
186 Conselheiro. **Conselheiro Gerinaldo** menciona que o trabalho da assistência técnica foi bem elaborado.  
187 Endossa as falas dos Conselheiros Severino e Christiane. Ressalta a respeito de acrescentar sugestões e  
188 revisões de alguns pontos do texto. Sugere que estas Comissões e inclusive da Superintendência sejam  
189 convidadas para prestar alguns questionamentos. Relata que existe uma tabela no SUS de procedimentos  
190 com valores que, via de regra é complementada pela SES. Questiona se esta tabela está sendo seguida e  
191 se este complemento está compatível com o procedimento desenvolvido. Sugere que seja feita revisão  
192 sobre a colocação de capacidade instalada e de procedimentos. **Conselheira Sueli** relata que os pontos



193 apresentados foram muito bem avaliados e que já nos permite concluir pela reprovação. Enfatiza que se  
194 a empresa anterior já teve dilemas. Comunica que foram exibidas várias incoerências, como a  
195 justificativa da necessidade do atendimento aos usuários em junho. Questiona como será que esta  
196 população está sendo atendida atualmente e que se trata de um descaso do poder público no quesito da  
197 população usuária. Ressalta que foi apresentada outra incongruência relacionada a valores, verba pública  
198 que não está sendo nitidamente expressa. Menciona outro problema relativo à falta de mecanismo de  
199 fiscalização que precisa ser otimizada. Defende que não pode haver uma precarização do trabalho e  
200 defende a realização de concurso público, que o poder público tenha leis de parcerias com o privado,  
201 mas que seja pela via contratual da legislação em vigor. Repudia qualquer tipo de “ajeitamentos”.  
202 Sugere que este Conselho faça um fluxo no sentido de que a nova empresa traga contratos decentes que  
203 sejam passados pelas Comissões e que este Conselho se responsabilize em avaliar. **Conselheira Heloiza**  
204 declara que tratar-se de uma proposta inaceitável. Parabeniza o parecer apresentado, com ênfase à  
205 exposição de todos os endereços eletrônicos disponíveis aonde as denúncias podem ser verificadas com  
206 relação a este tipo de contrato. Ressalta a presença de incoerências internas com este tipo de proposta.  
207 Menciona a respeito dos pagamentos, atrasos, forma de contratação de cidadãos. Faz uma reflexão a  
208 respeito do CES estar numa fase de Conferência da saúde do trabalhador, na qual o adoecimento das  
209 pessoas em função deste tipo de assédio tem sido praticado de forma desatinada e sido uma queixa  
210 constante. Acrescenta que é inaceitável que num mesmo ambiente de trabalho, mesmo cargo, categoria  
211 profissional, haja diferença de remuneração em até pela metade do valor de outro colega, além de  
212 direitos trabalhista muito desiguais. Ressalta que o Conselho representa a sociedade, não é possível  
213 aceitar este tipo de situação, por isto, é importante que seja assegurada a composição deste Conselho.  
214 **Convidada Viviane** pronuncia que a Resolução mencionada pelo Conselheiro Severino é uma  
215 preocupação antiga deste Conselho, no sentido de não ter a descontinuidade neste processo de eleição,  
216 para que as Comissões continuem em atividade até que as novas se reestruturarem, para evitar prejuízos.  
217 Enfatiza que houve a renovação de cerca de 75% (setenta e cinco por cento) dos Conselheiros e que  
218 considera uma situação favorável ao plenário. Reitera as falas que a antecederam no sentido da  
219 necessidade da adequada análise mais detalhada por parte dos Conselheiros. **Primeiro Secretário**  
220 **Neiton** diz que gostaria de não mencionar a respeito do passado, mas sim ter atitudes referentes ao  
221 presente, com foco para a construção do amanhã, haja vista ser prerrogativa de membro Conselheiro  
222 deste egrégio Conselho, a responsabilidade e o compromisso com a nossa população que precisa e  
223 merece. **Presidente Walter** acrescenta alguns esclarecimentos. Inicialmente questiona há quanto tempo  
224 a CIMEPS não se reúne. Indaga sobre a falta de resposta a respeito da quantidade de processos, termos  
225 de referências, apontamentos de inoperâncias que são imputadas na Mesa Diretora passada. Expressa  
226 que a conclusão é simples, que houve uma descontinuidade dos Conselheiros, conforme relatório  
227 apresentado do corpo técnico. Ressalta que a deliberação final é do plenário e não da Mesa Diretora.  
228 **Vice-Presidente Sérgio** anuncia que as exposições foram muito produtivas. Ressalta que acha  
229 interessante convidar a gestão para acompanhar como está sendo direcionado os encaminhamentos,  
230 especialmente no que se refere à fiscalização. Informa sobre uma novidade referente à forma de  
231 condução e controle da pesquisa de satisfação, que será aditivada devido ao seu potencial de efetividade,  
232 a qual não está no objeto atual de contrato e que em momento oportuno, será trazida ao pleno.  
233 **Encaminhamento: Conselheira Glauciene** propõe o encaminhamento do documento para análise pelas  
234 comissões. **Propositura:** Envio do documento para as comissões intersetoriais responsáveis para  
235 análise. **Deliberação:** 32 (trinta e dois) votos a favor; nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.  
236 **ITEM 5 – Apresentação da Política Estadual de Saúde Mental, sem deliberação: Presidente Walter**  
237 menciona que a proposta de Política Estadual de Saúde Mental já foi anteriormente apresentada e que  
238 hoje será abordada sua versão final. E por isto, não haverá deliberação e será para conhecimento por  
239 parte dos Conselheiros. Convida a Gerente de Saúde Mental para dar início a exposição. **Convidada**  
240 **Nathália** cumprimenta a todos e manifesta satisfação por parte da equipe em atender ao compromisso  
241 efetivado com este CES, de apresentar o texto da Política Estadual de Saúde Mental Contra Drogas.

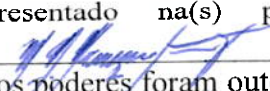
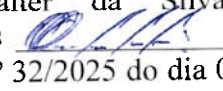
242 Enfatiza a relevância de iniciar o ano com a discussão desta pauta. Solicita orientação para a Mesa  
243 Diretora a respeito de como apresentar, considerando o grande conteúdo do texto. Informa que serão  
244 apresentados os principais tópicos. **Conselheira Glauciene** pergunta se houve o encaminhamento do o  
245 texto de política estadual de Saúde Mental para os Conselheiros. Ana Paula confirma que sim.  
246 **Presidente Walter** reitera o encaminhamento da pauta ser sem deliberação como propositura da Mesa.  
247 Esclarece que a deliberação final é por parte da CES, mas que há a necessidade de estipular prazos. Não  
248 pode haver a pactuação CIB sem resolução do Conselho. O documento já foi devidamente enviado aos  
249 Conselheiros, a apresentação já foi feita pela SES, representada pela Gerente de Saúde Mental, da  
250 SPAIS. Entretanto, embora a documentação tenha sido repassada previamente aos Conselheiros, muitos  
251 não leram, o que prejudica a presente deliberação. Diante de várias solicitações para abrir processos de  
252 inscrições, faz encaminhamento para propositura e abre consulta do processo de votação para abertura  
253 de inscrições se manifestem: 03 (três) votos a favor; 03 (três) votos contrários e 03 (três) abstenções.  
254 **Deliberação:** O plenário deliberou para não abrir a discussão. Por questão de ordem, **Conselheira**  
255 **Heloísa** ratifica a postura do Presidente Walter. Faz ressalva de que quando o CES faz um convite ao  
256 visitante para discussão de um tema durante a plenária, faz-se mister uma ampla discussão do conteúdo  
257 em questão, além de desfrutar dos conhecimentos do convidado, para posterior debate entre os pares de  
258 conselheiros. Entretanto, isto não significa que deva haver repetição da apresentação apenas para  
259 discussão. Adverte que o rito deve ser seguido por todos Conselheiros para evitar prejuízo ao pleno.  
260 Explica que apreciação é uma coisa discussão é outra e que nada impede que seja feita uma discussão.  
261 **Presidente Walter** informa que a questão de ordem já foi levantada e que vai consultar à Mesa Diretora,  
262 pois quem dirige a plenária é a Mesa, para saber qual o encaminhamento que se dará ao Plenário. Por  
263 questão de ordem, **Conselheiro João Bernardino** expõe que o Presidente vai perguntar à própria Mesa  
264 Diretora, entretanto, que deve consultar ao Plenário, haja vista o Plenário ser soberano. **Presidente**  
265 **Walter** esclarece que, do ponto de vista regimental, para emitir uma opinião divergente, é necessário ter  
266 ciência por parte da Mesa Diretora tendo em vista que não poderá fazer o direcionamento de dois  
267 encaminhamentos divergentes, para que seja possível a deliberar pelo plenário. Explica que a proposta  
268 da política foi reconstruída de acordo com as deliberações das Conferências e apresentada. Como haverá  
269 a recomposição das comissões hoje, o documento retornará para serem analisadas com as devidas  
270 considerações. E caso haja alguma divergência do que foi apresentado, regressaremos às discussões.  
271 Acata a deliberação do Plenário em consultar a Mesa Diretora. **Conselheira Christiane** solicita questão  
272 de ordem, questiona sobre toda esta animosidade nas duas votações e relata que ficou muito confuso.  
273 **Presidente Walter** pronuncia que Mesa acata a questão de ordem e que o processo de votação será  
274 refeito. **Encaminhamento:** Pergunta aos Conselheiros se abre o debate sobre a Política Estadual da  
275 Saúde Mental apresentada pela SES. **Deliberação:** Se abre agora o processo para discussão da Política,  
276 liberação: 08 (oito) a favor; 14 (quatorze) contrários e 01 (uma) abstenção, o processo será  
277 reencaminhado às Comissões e será apreciado na próxima sessão Plenária. **INTERVALO PARA O**  
278 **ALMOÇO.** A sessão Extraordinária é reaberta às 14h09min (quatorze horas e nove minutos).  
279 **Presidente Walter** segue com a verificação de quórum qualificado e que foi autorizado a ausência de  
280 apenas cinco Conselheiros. Anuncia reestabelecimento do quórum com o retorno com horário pré-  
281 estabelecido, com a sessão plenária aberta. **INFORME DE CONSELHEIROS:** **Presidente Walter**  
282 relata que a Mesa Diretora propõe a realização de dois seminários para os Conselheiros neste ano, sendo  
283 um de capacitação, o qual é da própria Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador da Conferência,  
284 conforme a deliberação da própria comissão CIMEOF. E o outro, de qualificação dos Instrumentos de  
285 Gestão. Informa que solicitou apoio à Conselheira Rosa, que alavancou a articulação com o CNS, e que  
286 virá o Conselheiro do CNS Sr. Amaury como representante da coordenação adjunta. **Conselheira Rosa**  
287 **Irlene** informa que um dos grandes desafios da CIMEOF é a dificuldade de capacitação e do  
288 entendimento das análises documentais. E que diante desta tribulação associado à renovação de 75%  
289 (setenta e cinco por cento) dos membros do Conselho, foi trabalhado a mobilização através da Mesa  
290 Diretora e da COFIN Nacional para articulação do evento previsto para setenta pessoas, nas datas de 26



291 e 27 de fevereiro de 2025, das 09h00min às 18h00min, cuja capacitação será mirada para questão  
292 orçamentária, funcionamento do CES/GO. **Conselheiro Venerando** faz uma reivindicação para  
293 abertura de algumas vagas para o CMS de Goiânia para participar desta capacitação. **Presidente Walter**  
294 responde que não somente Goiânia, mas que qualquer Conselho poderá participar. **Conselheira**  
295 **Luzinéia** questiona sobre o número de vagas disponíveis, pois no caso de haver grande demanda,  
296 haveria a necessidade de uma melhor articulação logística para o evento. **Presidente Walter** ressalta  
297 que a prioridade será para os Conselheiros Estaduais. Informa que alguns membros deste Conselho já  
298 fizeram capacitação em Fortaleza, entretanto, não houve o repasse dos conhecimentos adquiridos para os  
299 demais membros na profundidade necessária. Ressalta que o propósito da capacitação é que, após a  
300 qualificação, haja a reprodução dos conhecimentos adquiridos. **ITEM 6 – Recomposição das Comissões**  
301 **Intersetoriais: CIAMCMS – Comissão Intersetorial de Monitoramento dos Conselhos Municipais de**  
302 **Saúde; CIEPCSS – Comissão Intersetorial de Educação Permanente para o Controle Social no SUS;**  
303 **CIMEOF – Comissão Intersetorial de Monitoramento da Execução Orçamentária e Financeira; CIMEPS**  
304 **– Comissão Intersetorial de Monitoramento da Execução da Política de Saúde; CIRHRT – Comissão**  
305 **Intersetorial de Recursos Humanos e Relação de Trabalho. Exposição: Mesa Diretora: Presidente**  
306 **Walter** aborda sobre a recomposição das 06 (seis) Comissões Intersetoriais Permanentes do CES.  
307 Ressalta que a CISTT trabalha para dentro e fora do Conselho, tem uma Resolução própria, específica,  
308 com mandato fixo, com eleições diferentemente das demais comissões e com sua recomposição durante  
309 o processo, que ocorre na primeira Reunião Ordinária ou Extraordinária do CES. A atual CISTT tem 17  
310 (dezesete) entidades na sua composição e segundo sua Resolução podem ter 12 (doze) membros  
311 (titulares e suplentes). Explica que o Conselho tem a autonomia de fazer alterações da sua composição,  
312 caso haja a necessidade, desde que haja a deliberação do pleno e que segue o princípio do Conselho  
313 Nacional. Afirma que apenas os Conselheiros titulares ou suplentes podem ser os coordenadores das  
314 comissões. No caso específico propõe que terá até às 16h10min para fazer a composição das comissões.  
315 **Conselheira Luzinéia** ressalta da importância de explicar o papel de cada comissão antes da  
316 composição. **Presidente Walter** informa que a documentação já foi devidamente encaminhada e que  
317 lerá a Resolução. **Conselheiro Venerando** sugere que seja lido somente a finalidade das comissões.  
318 **Encaminhamento:** Há necessidade por parte da Mesa Diretora fazer a leitura do preâmbulo da  
319 Resolução das comissões. **Deliberação:** aprovado por contraste. **Vice-Presidente Sérgio** faz leitura.  
320 **Presidente Walter** ressalta que conforme a regar regimental, independente de qual seja a comissão, tem  
321 que ter a participações dos 03 (três) segmentos, que o Conselheiro só pode participar de 02 (duas)  
322 comissões e que para que possa haver convidados, a entidade integrante do CES deve informar  
323 formalmente. **CIMEPS: Conselheira Rosa** anuncia que está com 95% (noventa e cinco por cento) com  
324 novos membros e ficou deliberado: Coordenadora: Rosa Irlene; Coordenador adjunto: Gerinaldo;  
325 Relator: foi feito convite para um trabalhador e Relator adjunto: Marília. **CIRHRT: Conselheira**  
326 **Luzinéia** informa que se reuniu com pouquíssimos membros anteriores da comissão. A composição de  
327 novos membros foram Leonora, Sergio, e aguardam o posicionamento dos outros membros. Diante dos  
328 fatos, será marcado outra reunião para a recondução ou eleição do ordenamento desta comissão.  
329 **CIMEOF:** cuja composição: Coordenadora: Christiane; Coordenadora adjunta: Marta Maria; Relatora:  
330 Glauciene; Relator adjunto: Severino; Dayana; Mariângela; Flavio; Murilo; Raimundo Tiago; Rosa  
331 Irlene; Marcos Vinícius e Marta Maria. Solicita mais membros do segmento trabalhadores e aguarda a  
332 indicação de um assessor técnico. **CIAMCMS:** Coordenador: João Bernardino; Sub coordenador:  
333 Heloísa; Relator: Severino; Relator adjunto: Maria Dalva; Elizabeth; Nery; Venerando; Neiton;  
334 Cristiane; Gerinaldo; Maria de Fatima; Flaubert; Sueli; Fabrício. Solicita para que a FUNGOV indique  
335 um representante de gestor/prestador para que haja paridade. **CIEPCSS:** Coordenadora: Elizabeth;  
336 Coordenadora adjunta: Cristiana Beatriz; Relator adjunto: Meiliany; Venerando; Neilton; Roberto e  
337 Marta Maria. **Conselheira Glauciene** faz um breve esclarecimento a respeito das composições, que as  
338 reuniões normalmente são realizadas de forma concomitante às Plenárias. No caso, se há um membro  
339 que esteja participando em mais de duas comissões, será humanamente impossível a participação em

340 todas. Então, enfatiza que é permitido a participação em no máximo de 02 (duas) comissões, para evitar  
341 contratempos. Por questão de ordem, a **Conselheira Rosa** ressalta que pelo que foi lido com relação à  
342 composição das comissões, houve uma grande concentração dos trabalhadores numa única comissão,  
343 deixando as demais em desequilíbrio. Portanto, ressalta que haja a conscientização grupo, especialmente  
344 por parte do segmento dos trabalhadores para que haja paridade entre os integrantes das comissões.  
345 **Presidente Walter** ratifica que por questão de regra regimental, os membros integrantes só podem  
346 participar de apenas 02 (duas) comissões permanentes do CES. Esclarece que a primeira tarefa, nos  
347 casos de Conselheiros que se encontram nesta situação, que deve ser feita a definição em qual comissão  
348 o Conselheiro será permanecer. Ressalta que o próprio regimento do Conselho não menciona sobre  
349 paridade, mas sim sobre o ordenamento da comissão do CES com os 03 (três) segmentos, que integram  
350 o controle social, usuários, trabalhadores, gestor/prestador. E expõe que os Conselheiros titulares ou  
351 suplentes que podem coordenar comissões intersetoriais do CES. **Conselheira Luzinéia** reforça que se  
352 faz mister a revisão e incorporação do regimento do CES, para fazer jus às regras regimentais que são  
353 imprescindíveis para o adequado funcionamento deste conceituado CES e consequentemente das suas  
354 comissões. Por questão de encaminhamento, pede que seja criado o grupo de trabalho sobre o regimento  
355 seja colocado em pauta na próxima. **Presidente Walter** informa que enquanto as modificações  
356 regimentais não efetivadas, a regra que está em vigor deve ser adotada. Ressalta que a recomposição das  
357 comissões deve seguir literalmente a regra regimental para que possa deliberada. Solicita a todos que  
358 repassem todas estas deliberações para Mesa Diretora ou à Secretaria Executiva e que seja constado em  
359 ata todas as deliberações feitas pelas comissões. **Conselheira Luzinéia** expõe que vai retornar para  
360 CISTT, que é constituída por meio de uma eleição, entretanto todo este processo vai gastar mais de 30  
361 (trinta) dias. Como a CISTT compõe a Comissão Organizadora da 5ª CNSTT, é preciso que a plenária,  
362 revalide a portaria que cria a Comissão Organizadora da Conferência. **Presidente Walter** esclarece que  
363 segundo a regra regimental, ocorre o afastamento de um membro do Conselho, seja pelo afastamento  
364 solicitado pela entidade, dentro outros, em qualquer período, este Conselheiro perde não apenas a  
365 condição de integrante, mas também de qualquer atividade inerente ao CES. Declara encerrada a  
366 Reunião Extraordinária do dia 21 de janeiro de 2025, do Conselho Estadual de Saúde do Estado de  
367 Goiás, às 16h55min (dezesesseis horas e quinta e cinco minutos), em que estiveram presentes os(as)  
368 seguintes Conselheiros(as): **SEGMENTO GESTOR: TITULARES:** Marcos Vinícius Milki –  
369 GADJ/SES – Gabinete do Secretário Adjunto; Raimundo Tiago de Lima Pires – GEPI/SES – Gerência  
370 de Planejamento Institucional – SES; Sérgio Gomes de Carvalho – SUPGAPC/SES – Superintendência  
371 de Governo Aberto e Participação Cidadã; Marília Claudia Carvalhais Teixeira – COSEMS/GO –  
372 Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Estado de Goiás e Lucas Betti de Vasconcellos –  
373 SEMS/GO – Superintendência Estadual do Ministério da Saúde em Goiás. **SUPLENTE:** Fernando  
374 Augusto Ataíde Castro – GGP/SES – Gerência de Gestão Pessoas; Thalles Paulino de Ávila – SGI/SES  
375 – Superintendência de Gestão Integrada e Joyce de Almeida Silva Newman – SPAIS/SES –  
376 Superintendência de Políticas e Atenção Integral à Saúde. **SEGMENTO PRESTADOR: TITULARES:**  
377 Mariângela Dias Ribeiro – ACCG – Associação de Combate ao Câncer em Goiás; Tais Pires Terra  
378 Araújo – APAE Anápolis – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Anápolis; Rosa Irlene  
379 Maria Serafim – NPQ – Núcleo de Proteção aos Queimados, Assistência e Proteção ao Sobrevivente a  
380 Queimaduras; Christiane Maria do Valle Santos – SINDILABS – Sindicato dos Laboratórios de  
381 Análises e Bancos de Sangue do Estado de Goiás e Roberta Debesaitis – Vila São José Bento  
382 Cottolengo. **SUPLENTE:** Leonora Rezende Pacheco – UFG – Universidade Federal de Goiás e João  
383 Henrique de Almeida e Alves – FUBOG – Fundação Banco de Olhos de Goiás. **SEGMENTO**  
384 **TRABALHADOR: TITULARES:** Marta Maria Neto Silva – ABRATO – Associação Brasileira dos  
385 Terapeutas Ocupacionais de Goiás; Fabrício Alencar de Camargo – CRBio-04 – Conselho Regional de  
386 Biologia 4ª Região; Edilvana Cristina Alves Faustino Nunes – CREFONO 5 – Conselho Regional de  
387 Fonoaudiologia 5ª Região; Flaubertt Santana de Azeredo – CRF – Conselho Regional de Farmácia do  
388 Estado de Goiás; Dionne Hallyson Silva de Siqueira – SIEG – Sindicato dos Enfermeiros do Estado de



399 Goiás; Luzinéia Vieira dos Santos – SINDSAÚDE – Sindicato dos Trabalhadores do Sistema Único de  
400 Saúde no Estado de Goiás; Maria de Fatima Veloso Cunha – SINTASB – Sindicato das(os) Técnicas(os)  
401 e Auxiliares em Saúde Bucal do Estado de Goiás; Heloiza Helena Mendonça Almeida Massanaro –  
402 SINTFESP/GO-TO – Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência nos Estados de  
403 Goiás e Tocantins e João Bernardino Gonçalves Neto – SINTSEP – Sindicato dos Trabalhadores no  
404 Serviço Público Federal no Estado de Goiás. SUPLENTE: Meillyne Alves dos Reis – ABEn –  
405 Associação Brasileira de Enfermagem Seção Goiás; Fábio José Basílio – SINFAR – Sindicato dos  
406 Farmacêuticos no Estado de Goiás e Sueli Almeida Neves Sousa – CRESS – Conselho Regional de  
407 Serviço Social 19ª Região. **SEGMENTO USUÁRIO: TITULARES:** Severino Soares da Silva – AAz-  
408 GO – Associação de Alzheimer e Doenças Similares de Goiás; Janaína Mathias Guilherme Soares –  
409 ABRALE – Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia; Elizabeth Mendes Ramos – AOG –  
410 Associação dos Ostomizados de Goiás; Lúcia Darck Graciana Pereira – ASMOP – Associação por  
411 Moradia Popular de Goiás; Walter da Silva Monteiro – CMP – Central de Movimentos Populares de  
412 Goiás; Sucena Silvia Hummel – CRC – Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Goiás; Nery  
413 Mesquita Júnior – GLEG – Grande Loja Maçônica do Estado de Goiás; Neiton Pedro Chaves – Instituto  
414 Cerrado Nativo; Lorrany Kettilyn Almeida de Jesus Fernandes – Instituto Projeto Rondon; Elenilza  
415 Bonfim – MDC – Movimento das Donas de Casa e Consumidores do Estado de Goiás; Simone  
416 Inocêncio Teixeira – MRU – Movimento pela Reforma Urbana do Estado de Goiás; Glauciene Maia de  
417 Almeida Praxedes – Pastoral Carcerária da Arquidiocese de Goiânia; Cristiany Beatriz Santos – REDE-  
418 TRANS – Rede Nacional de Pessoas Trans; Marcelo Nascimento Seixas – SINDBEBIDAS – Sindicato  
419 dos Trabalhadores nas Indústrias e nas Distribuidoras de Cerveja, Refrigerantes, Sucos, Bebidas em  
420 gerais e Águas Minerais no Estado de Goiás; Leandro Luiz Fleury Rosa – SINDIÓPTICA – Sindicato  
421 do Comércio Varejista de Material, Fotográfico e Cinematográfico do Estado de Goiás; Dayse Mary da  
422 Silva – SINT-IFESGO – Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação das  
423 Instituições Federais de Ensino Superior do Estado de Goiás; Roberto da Silva Ribeiro – STIUEG –  
424 Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado de Goiás e Venerando Lemes de Jesus –  
425 UNIVIDA – União Jussarensense de Promoção do Menor e do Adolescente Carente e Abandonados e  
426 Defesa da Vida de Jussara. SUPLENTE: Wilson Cardoso Pires – CROO – Câmara Regional de Óptica,  
427 Optometria e Contatologia do Estado de Goiás; Francisley Martins de Moura Peres – SIND-Q.F.P –  
428 Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas, Farmacêuticas e de Material Plástico do Estado de  
429 Goiás e Gerinaldo Teodoro de Assunção – GRUPAGO – Grupo de Pacientes Artríticos de Goiás. Dando  
430 por encerrada a reunião, da qual eu, Simone Moraes Stefani Nakano, Apoio Administrativo redigiu e  
431 lavrou esta ata, posteriormente firmada e assinada pelos membros presentes da Mesa Diretora,  
432 representado na(s) pessoa(s) do(a)s senhor(a)s Presidente Walter da Silva Monteiro  
433  e Primeiro Secretário Neiton Pedro Chaves   
434 cujos poderes foram outorgados pela publicação da Resolução CES/GO nº 32/2025 do dia 02 de janeiro  
435 de 2025.